

A agenda do Senado para agosto

30 JUN 1986

por Sérgio Garschagen
de Brasília

O Senado Federal volta a se reunir nos dias 12, 13 e 14 de agosto para um novo "esforço concentrado" de votação. Na agenda estão 138 projetos aprovados pelos deputados federais na semana passada. A maioria deles dá ênfase às questões sociais.

Assim, a agenda do Senado para o segundo semestre apresenta-se carregada de projetos de lei — já aprovados pela Câmara — que propõem mudanças profundas nas relações econômicas. E o caso, por exemplo, do projeto que proíbe demissões "imotivadas" de trabalhadores das empresas com mais de dez empregados; a proibição dos despejos de inquilinos, até o próximo ano; a redução do prazo de pagamento dos salários para o último dia útil do mês vencido; a fiscalização pública das empresas de capital estrangeiro; a adoção de retaliações comerciais a países que discriminam os produtos brasileiros — entre outros.

"Mas, não pensem que vamos, simplesmente, aprovar tudo o que a Câmara nos mandou", avisa o líder do governo no Senado, Alfredo Campos (PFL-

MG). "Os projetos considerados polêmicos serão cuidadosamente debatidos", completou o senador Hélio Gueiros (PMDB-PA), em conversa com o editor Valério Fabris.

Uma clara demonstração foi dada no final da semana passada: dos catorze projetos que o Senado escolheu para sua pauta, no último "esforço concentrado" do semestre, só sete foram aprovados e encaminhados à sanção ou veto presidencial. São eles: a chamada Lei dos Royalties da Petrobrás; o subsídio de 30% para os produtores de leite; os incentivos fiscais à cultura; a isenção de IPI para os táxis; a licença de um semestre para viagens do presidente José Sarney ao exterior; empréstimos para os estados, municípios e a União, no valor de CZ\$ 19,6 bilhões; e regulamentação da propaganda eleitoral.

Em alguns casos, na madrugada de sexta-feira, decidiu-se a aprovação na forma de barganha política: o PMDB e o PFL aceitaram aprovar a lei dos royalties da Petrobrás em troca do consenso do PDT sobre as mudanças na legislação de propaganda eleitoral.

(Ver página 6)